

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Sexta, 02 de agosto de 2013, 14h56

Tamanho do texto A- A+

POLÊMICA

Maluf sai em defesa de OSS e diz que Ipas não é responsável por remédios vencidos

O deputado alega que o Ipas informou ao estado a lista de medicamentos que estavam para vencer e destacou ainda que não é responsabilidade da OSS comprar as drogas.

ALLINE MARQUES

O deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB), membro da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, saiu em defesa do Instituto Pernambucano de Assistência em Saúde (Ipas/OSS) no caso dos vencimentos de medicamentos que provocou um prejuízo de R\$ 2,8 milhões ao Estado. Ele alegou que recebeu a informação de que a Organização Social de Saúde (OSS) não é a responsável pelo desperdício e nem pela falta de remédios.

O parlamentar explicou que olhou o contrato da OSS com o Estado no qual consta que a responsabilidade de comprar medicamentos não é do Ipas, além disso, Maluf disse que cobrou informações do Ipas, que tem a obrigação de gerenciar a farmácia, e recebeu relatórios com todos os medicamentos e as datas de vencimentos. Estes documentos teriam sido enviados à Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), constando, inclusive com assinatura de servidores da pasta.

Ainda de acordo com o deputado, existe um sistema online no qual consta todos os medicamentos e emite um alerta sobre a proximidade do prazo de vencimento. Portanto, para o parlamentar a responsabilidade é da SES "que não teve competência para trocar os medicamentos".

Sobre o relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE) que exige o ressarcimento de R\$ 2,8 milhões por parte da OSS, Guilherme Maluf alegou que ainda não teve acesso ao documento, divulgado apenas esta semana. Porém, adiantou que irá estudar o caso.

O tucano alegou que já convocou as duas partes envolvidas como membro da Comissão de Saúde, e destacou a falta de planejamento por parte do governo no setor de assistência farmacêutica. "O governo tem o controle de pacientes que têm diabetes, asma e outras doenças, mas hoje eu já sei que não tem insulina no estado e nem remédio para asma. Isto é falta de planejamento. O governo não tem controle", afirmou.

FONTE: WWW.ISSOENOTICIA.COM.BR

POLÍTICA / SAÚDE PÚBLICA

Sexta, 02 de agosto de 2013, 14h26

Para evitar crise, governo faz levantamento de metas atingidas pela OS

Número de cirurgias e procedimentos médicos precisam ser cumpridos para que seja mantido o repasse financeiro

RAFAEL COSTA
DA REDAÇÃO

A Auditoria Geral do Estado (AGE) está produzindo um levantamento a respeito da quantidade de serviços médicos prestados pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS) que estão administrando Hospitais Metropolitanos.

Para receber o repasse mensal do Estado, as OS precisam, conforme previsto em contrato, atingir metas de procedimentos cirúrgicos e atendimentos médicos. O relatório busca identificar se o nível do serviço prestado condiz com os repasses autorizados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES).

“Há uma equipe acompanhando todos os demais contratos dos hospitais metropolitanos, mas, ainda não foi concluído. Já recomendamos adequações de algumas regras nos contratos feitos com a Secretaria de Saúde”, revela o Auditor Geral do Estado, José Luiz Alves.

Idealizado pelo deputado federal Pedro Henry (PP) enquanto permaneceu a frente da Secretaria de Estado de Saúde, a terceirização da gestão dos Hospitais Metropolitanos recebeu duras críticas da classe médica. Um dos itens que chama a atenção é que o Ipas (Instituto Pernambucano de Assistência Social), Organização Social acusada pelo Estado de negligência na gestão da Farmácia de Alto Custo, o que gerou prejuízo de R\$ 2,8 milhões por conta de medicamentos vencidos, é responsável pelo Hospital Metropolitano de Várzea Grande.

Pelo contrato firmado com o Estado para administrar a unidade de saúde, o Ipas recebe mensalmente R\$ 2 milhões. Uma das metas estabelecidas é manter o serviço de urgência e emergência 24 horas por dia durante a semana com produção mensal de 3 mil atendimentos até o terceiro mês.

Apesar disso, o auditor geral, José Luiz Alves, nega que o foco do levantamento se restrinja a atuação do Ipas em Várzea Grande. “Esse levantamento está focado na administração de todas as Organizações Sociais”, afirma.

O ritmo de gestão imposto pelas Organizações Sociais tem sido bastante criticado pelo deputado estadual José Riva (PSD), que defende abertamente o fim deste modelo no sistema de saúde pública. Ao mesmo tempo, o relator da Comissão Especial que acompanha os trabalhos das Organizações Sociais de Saúde (OSSs) na Assembleia Legislativa, deputado estadual Walter Rabello (PSD) afirma que vai pedir o fim deste modelo de gestão em Mato Grosso.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Sexta, 02 de agosto de 2013, 00h00

COMPENSAÇÃO POR PERDAS

Estado retém R\$ 2,3 milhões devidos ao Ipas

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

Recursos devidos pelo Governo do Estado ao Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde - Ipas da ordem de R\$ 2,3 milhões referente aos meses de março, abril, junho e julho deste ano, foram retidos para uma eventual compensação por causa das perdas de R\$ 2,8 milhões decorrente do vencimento das datas de validade de medicamentos, vacinas e materiais da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis) que é vinculado à Coordenadoria de Assistência Farmacêutica (CAF) e que gerenciam a Farmácia de Alto Custo que desde o último dia 30 está sob intervenção de Marcelo Dalécio Costa...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sexta, 02 de agosto de 2013, 00h00

CIRURGIAS ELETIVAS

MT receberá R\$ 3,1 milhões

[Bruna Pinheiro](#) / Da Redação

Mato Grosso receberá R\$ 3,1 milhões do Ministério da Saúde para a realização de cirurgias eletivas selecionadas como prioritárias pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A ação do Ministério da Saúde visa reduzir o tempo de espera pelos procedimentos no Estado. No ano passado, com investimento de R\$ 13,2 milhões, foram realizadas 26.389 cirurgias eletivas. Além deste repasse, está previsto ainda o pagamento de uma segunda parcela com mais recursos para a saúde pública...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sexta, 02 de agosto de 2013, 00h00

Hospital fica sem médico

[Lisânia Ghisi](#) / Da Redação

Serviços de urgência e emergência não foram realizados durante esta quinta-feira (1º) devido à ausência de médicos no Pronto-Socorro de Cáceres. A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. A situação é consequência dos contratos vencidos no dia 31 de julho. O secretário de Saúde da cidade, Luiz Landim, também deixou o cargo na manhã desta quinta-feira (1º). "Somente 4 médicos estão atuando no local. Eles estão se dividindo em plantões para atender a população local", disse o presidente do grupo, Claudiney de Lima Pinto...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

02 de Agosto de 2013 - 07:29

Secretaria aponta aumento nos casos de malária em Sinop

Fonte: Só Notícias/Thais Festa

Levantamento da secretaria municipal de Saúde aponta que houve aumento nos casos de malária ano passado, se comparado com 2011. De acordo com a assessoria, no ano passado, foram confirmados 163 casos, ante 34. O responsável pelo setor de combates a Endemias, Cesário Alves Rocha, explicou, ao Só Notícias, que a diferença está relacionada ao fluxo de gente em Sinop. "No ano passado, por exemplo, o fluxo de pessoas do Pará, Rondônia e Amazonas, no município foi maior. A maioria já chega contaminada e quando picada pelo mosquito transmissor da doença, o mosquito se contamina e acaba fazendo outras vítimas".

De janeiro até o mês passado, foram diagnosticados 25 casos de malária. Entre as ações de combate e prevenção, o responsável disse que o setor "realiza limpeza periódica nas proximidades do Parque Florestal. Os moradores da região próximo ao parque são os que correm mais riscos de serem picados diariamente, mas nem sempre o mosquito está contaminado", explicou.

Um outro relatório da Secretaria de Estado de Saúde indica que outras doenças também registram aumento. A dengue, em 2011, passou de 2.324 casos para 6.856; A hanseníase saltou de 148 para 156; Já a tuberculose teve incidência menor, de 20 passou para 13; A leishmaniose também registrou aumento de 50 para 58 casos.

O município tem um centro de referência secundário de tratamento de hanseníase e tuberculose, no Jardim Botânico. Para os pacientes com suspeita de

malária há um exame rápido no laboratório específico para a doença, no Jardim Imperial.

Em Mato Grosso, o relatório estadual indica que houve redução nos casos de malária, de 1.578 para 1.062; hanseníase (-139); dengue (+ 36.202); tuberculose (+172); leishmaniose (+523).

Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

CRM pede reabertura de inscrições de brasileiros no Mais Médicos

02/08/2013 - 10h19

A- A+

Agência Brasil

O CFM (Conselho Federal de Medicina) apontou nesta quinta-feira (1º) falhas no sistema de inscrições do programa Mais Médicos, que teria prejudicado o cadastro de médicos brasileiros. O CFM vai pedir à Procuradoria Geral da República e Polícia Federal que o caso seja investigado. O Conselho pede também a reabertura do processo seletivo.

O CFM apontou entre as falhas, erro na validação de dados dos formulários e no envio de documentos, banco de dados de CRMs desatualizados e suspeita de facilitação de cadastros candidatos do exterior.

Para o presidente do CFM Roberto D'Ávila, os problemas beneficiaram médicos estrangeiros, que não precisam prestar informações específicas pedidas a brasileiros, como CPF e CRM:

— É uma ação contrária para que o médico brasileiro não se inscreva. Queremos saber se essa dificuldade foi intencional ou se foi só erro. [...]No mínimo foi o erro do sistema utilizado, incompetência, tudo é feito de improviso, desde a medida até o sistema. Isso da nossa parte é imperdoável.

Ministério da Saúde divulga lista de destino dos médicos do programa Mais Médicos nesta

quinta-feira

Foram identificados ainda site congestionado e mensagens confusas. O CFM acredita que médicos que transferiram CRMs de estado e ou recém-inscritos também foram prejudicados porque os bancos de dados do Ministério da Saúde não são atualizados diariamente.

Inscrições Mais Médicos

O balanço final do programa Mais Médicos contabilizou 3.891 médicos com diploma brasileiro inscritos que finalizaram o cadastro para participar da iniciativa. O total corresponde a 21% dos 18.450 médicos que se inscreveram inicialmente no programa. Mais de 8.000 inscrições foram consideradas inválidas.

Os médicos com diploma estrangeiro que entregaram a documentação são 766, mas o número ainda deve aumentar, já que eles têm até 8 de agosto para concluir o processo. O total de médicos com diploma estrangeiro inscritos foi 1.920.

Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

Mortalidade de crianças com menos de 1 ano cai 76% em 30 anos

02/08/2013 - 10h07

A- A+

UOL

A mortalidade infantil no país diminuiu 76% de 1980 a 2010, segundo dados apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta sexta-feira (10). Isso significa que 16,7 crianças com menos de 1 ano morrem para cada 1.000 nascidos vivos, sendo que em 1980 esse número chegava a 69.

Indicador importante para avaliar as condições de vida e de saúde de uma população, os dados de mortalidade infantil ainda apresentam contrastes no país. Enquanto em Santa Catarina – Estado que apresenta a menor taxa – há 9,2 mortes de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos, em Alagoas são registradas 30,2 mortes, número quase 70% mais

alto.

Até 5 anos

Os dados de mortalidade na infância, relativos a crianças com menos de 5 anos, seguem a mesma tendência que os descritos acima. Em 2010, a taxa foi de 19,4 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, uma redução de 77% em relação a 1980, quando houve 84 mortes para cada 1.000 nascidos vivos.

A menor taxa, em 2010, foi observada em Santa Catarina (11,2 mortes de menores de 5 anos para cada 1.000 nascidos vivos). Já a maior taxa foi encontrada em Alagoas (33,2 mortes por 1.000).

A maior redução, entre 1980 e 2010, foi registrada na Paraíba. Em 1980, o Estado tinha taxa de 155 mortes por 1.000 nascidos vivos, passando para 26 mortes por 1.000 em 2010.

O IBGE destaca que, apesar da melhora expressiva das taxas ao longo dos últimos anos, o Brasil ainda está bem distante de regiões mais desenvolvidas, como Singapura (que tem 2,5 mortes por 1.000 nascidos vivos) e Hong Kong (2,9 mortes por 1.000).

"Metas do Milênio"

Vale lembrar que o quarto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estipulado pela ONU, tem como meta reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos, tomando 1990 como ano-base.

Segundo o IBGE, essa taxa, no Brasil, era de 59,6 mortes por 1.000 nascidos vivos naquele ano. Como o número atual já é mais baixo que o estipulado para 2015, pode-se considerar que o país já cumpriu o compromisso.

Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

Mais Médicos: CFM pede investigação de Polícia Federal e Procuradoria

02/08/2013 - 01h27

A- A+

Terra

O Conselho Federal de Medicina (CFM) informou nesta quinta-feira que vai encaminhar à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal (PF) pedido para que apurem falhas no processo de inscrição do programa Mais Médicos relatadas pelos profissionais de saúde. O CFM pedirá também reabertura do prazo de inscrições para o programa.

Segundo o presidente do conselho, Roberto d'Ávila, foram detectados erros na validação de dados dos formulários e no envio de documentos. De acordo com d'Ávila, a confirmação em tempo real dos dados das inscrições, como foi feita pelo Ministério da Saúde, não levou em conta o fato de que o banco de dados com registro dos médicos nos conselhos é atualizado semanalmente.

D'Ávila disse que a acentuação dos nomes também pode ter prejudicado o cruzamento de dados dos inscritos com os da Receita Federal. Ele apontou ainda a possibilidade de ter havido facilitação de cadastros a partir de computadores registrados no exterior, em prejuízo dos que têm registro no Brasil

Ao divulgar balanço do programa, o Ministério da Saúde informou que 8.307 mil inscrições estavam com os números de CRM inválidos e pediu à Polícia Federal que apurasse a suspeita de inscrições feitas apenas para tumultuar o processo de seleção.

Para Roberto d'Ávila, as falhas no cadastramento prejudicaram a inscrição de médicos brasileiros. "Não é possível que 8 mil tenham inscrições rejeitadas por problema interno deles (candidatos ao programa), o que me faz desconfiar de que esta é uma ação contrária à inscrição de médicos brasileiros", disse

Apesar de uma nova rodada de inscrições ser aberta no próximo dia 15, o presidente do CFM observou que os profissionais inscritos na primeira fase terão prioridade na escolha do local de trabalho. Por isso, o conselho defende a reabertura do processo.

Roberto d'Ávila informou também que estuda ingressar, na próxima semana, com uma ação

direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o programa Mais Médicos.

Fonte: www.reportermt.com.br

Política

30/07/2013 20:56 **EFEITO MAURI RODRIGUES**

Fim das OSS deve pautar sessões da Assembleia após recesso

O assunto gerou polêmica, novamente, na semana passada, quando o secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, declarou que o Estado não tem controle sobre os custos das empresas.

[3](#)

RENAN MARCEL - DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso deve retornar do período de recesso na próxima segunda-feira (5) e a expectativa é de que as Organizações Sociais de Saúde (OSS) sejam um dos principais temas discutidos pelos parlamentares. As revisões dos contratos e do modelo de gestão são pontos que poderão ser considerados nas sessões ordinárias.

Os deputados, que já vinham criticando o modelo e condenando as falhas do governo na área da Saúde, evidenciadas por denúncias de medicamentos vencidos e atrasos nos repasses às prefeituras, por exemplo, devem intensificar o discurso e até conquistar parlamentares que defendiam o modelo de gestão implantado em 2011.

O assunto gerou polêmica, novamente, na semana passada, quando o secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, declarou que o Estado não tem controle sobre os custos das empresas responsáveis por gerir os hospitais regionais de Mato Grosso. (Veja [AQUI](#))

O deputado José Riva (PSD), por exemplo, que defendeu o sistema à época de sua instalação, mudou de ideia já há algum tempo e agora sugere uma revisão no modelo.

"Precisa a gente analisar com frieza tudo que vem acontecendo na Saúde e termos a humildade agora de reconhecer que, definitivamente, as OSS não deram certo. É preciso buscar uma outra tentativa, um outro modelo de saúde para o Estado", declarou em entrevista a TV Assembleia.

Para o deputado, o processo de mudança deve começar com a participação dos prefeitos do interior nas questões da pasta. Riva defende um grande pacto com os gestores: “Não há nenhuma forma mágica. Temos é que chamar os prefeitos do estado e fazer um grande pacto. Eu tenho certa de que com o envolvimento dos prefeitos é possível fazer um trabalho muito melhor na Saúde”, avaliou.

Atualmente, cinco OSS gerem hospitais regionais do estado: o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas), que administra o Hospital Regional Metropolitano de Várzea Grande, o Regional de Alta Floresta e o de Colíder; a Sociedade Beneficente São Camilo (SBSC), que administra o Regional de Rondonópolis; a Associação Congregação de Santa Catarina (Regional de Cáceres); o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), que administra o Regional de Sorriso; e a Fundação de Saúde Comunitária, responsável pela unidade de Sinop.

Na Casa tramita o projeto de lei popular que pede a revogação dos contratos com as OSS. A Assembleia criou uma Comissão para analisar a matéria e anunciou a realização de audiências públicas para discutir as questões relativas às empresas privadas gestoras de Saúde.